

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL) – Comunicação de**

Líder: Boa tarde senhoras e senhores; estudantes que estão presentes e acompanhando esta tarde de trabalhos na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Agradeço aos meus colegas de bancada, nós, da bancada do PSOL – Ver. Roberto Robaina, Ver.^a Karen Santos e este vereador –, estamos cem por cento favoráveis ao pleito de vocês, que é justamente manter esse direito, de mais de 60 anos na cidade, de 50%, ou o meio passe estudantil. O prefeito

protocolou este projeto de lei no ano de 2017, o primeiro ano do seu governo, lá atrás, usava como argumento que o sistema público era caro, era ruim e que não dava lucro às empresas. A preocupação maior não era baratear a passagem do transporte coletivo na nossa cidade e, sim, garantir o lucro aos empresários, garantir recursos à ATP, Associação dos Transportadores de Passageiros. Propôs este projeto, junto com tantos outros; alguns avançaram, como por exemplo, a retirada da possibilidade de gratuidade para os idosos de 60 a 65 anos que não tivessem condições financeiras de custear esse direito. Infelizmente a cidade perde; agora pode perder ainda mais! Cabe a esta Casa Legislativa votar este assunto, e nós esperamos que ele seja derrubado.

Senhoras e senhores, no momento em que o Prefeito propõe a retirada do meio passe estudantil para uma parcela da população, dizendo que vai haver um recorte de renda, isso trará ainda mais prejuízo para seus amigos empresários. Isso é muito evidente. O meio passe estudantil garante uma grande parcela de utilização desse modal de circulação. No momento em que se corta isso, as pessoas vão optar por formas de transporte mais baratas, isso é evidente – só um idiota não consegue perceber! No momento em que o estudante tenha que custear, tenha que pagar, por exemplo, duas passagens para se deslocar até seu local de estudo e depois retornar a sua casa, em muitos casos vai sair bem mais barato a utilização de um aplicativo de transporte. É uma outra realidade que se apresenta, agravando a crise no transporte coletivo da nossa cidade. Obviamente são novos tempos. Nós não nos opusemos à chegada do Uber, mas, sim, a um regramento para esse modal; porém nós acreditamos que os ônibus precisam continuar. Durante muito tempo o discurso predominante foi de que a nossa tão querida Carris era uma empresa deficitária. A bancada do PSOL sempre se manifestou em apoio a nossa empresa pública, dizendo que o prejuízo da Carris era decorrente de má gestão,

de roubo – má gestão e roubo! E olhem que interessante: nesta mesma semana a Prefeitura diz que, pelo primeiro mês, a Carris terá lucro. Uma empresa pública, na nossa concepção, não deve ser prioritariamente conduzida para gerar lucros, mas sim para prestar um bom serviço à população a um preço justo, a um preço que a população, principalmente a mais humilde, que depende desse sistema de transporte, possa pagar. Não é o que acontece com os ônibus desta cidade. Se vocês, estudantes, tiverem retirado esse direito, nós teremos vários problemas agravados: maior crise no sistema, maior prejuízo aos empresários amigos do prefeito, e também o aumento da evasão escolar. Existem pessoas que não conseguem custear o seu ir e vir, pois é caro, a nossa é a tarifa mais cara do Brasil, portanto, se permitirmos que isso seja aprovado, muito mais jovens deixarão de enfrentar as escolas, as faltas aumentarão e o desempenho escolar diminuirá.

Para concluir a minha fala, o projeto em questão soma uma grande quantidade de perversidades impostas a uma população que precisa desse serviço – precisa desse serviço! Somado ao fato de que vai piorar a qualidade do serviço, que vai aumentar os problemas financeiros das empresas, inclusive da nossa tão querida Carris, e aumentar a evasão escolar, lá pelas tantas, mesmo os alunos que se dediquem e que tentem buscar alternativas para se deslocar às escolas, serão impelidos, para custear o transporte e se manter em sala de aula, a buscar inclusive alternativas ou estratégias para fazer esse custeio. Nós não poderíamos aceitar que jovens sejam obrigados a trabalhar, mas, infelizmente, é uma realidade que grande parcela da nossa população é impelida a fazê-lo. Nós deveríamos ter a garantia para toda a nossa juventude de que pudesse se dedicar aos estudos, aos seus aprimoramentos, às suas qualificações, ao invés de estar obrigando a nossa juventude ao trabalho, e ao trabalho precoce.

Eu deixo aqui esses alertas para tentar sensibilizar os vereadores independentes, inclusive os vereadores da base governista, de que isso é um erro brutal, um erro grosseiro, portanto, não devemos apoiar e não podemos aprovar nesta Casa Legislativa esse Projeto de Lei nº 013/17.

(Texto sem revisão final.)

